

A Distribuição de Renda no Brasil Durante a Década de Sessenta:

Uma Nota Crítica ao Artigo de Morley e Williamson(*)

John Wells(**)

1. INTRODUÇÃO

O recente artigo de S.A. Morley e J.G. Williamson⁽¹⁾ conseguiu reabrir o debate público no Brasil sobre a direção e as causas das mudanças na distribuição da renda pessoal entre 1960 e 1970. O objetivo desta nota é demonstrar que as conclusões a que Morley e Williamson chegaram, quanto a direção

(*) Traduzido do original inglês «The Distribution of Personal Income in Brazil during the Sixties: a Critical Note on the Paper by Morley and Williamson»

(**) O Autor é professor da Universidade de Cambridge.

(1) Este artigo apareceu sob o título original de **Growth, Wage Policy and Inequality: Brazil during The «Sixties»**, (mimeografado), Madison, Wisconsin, junho, 1975 e era a esta versão que meus comentários se dirigiam inicialmente. Embora algumas das proposições levantadas por Morley e Williamson estejam colocadas de um modo consideravelmente menos superficiais na versão recente (**Estudos Econômicos**, 5 (3)), a maioria dos erros principais ainda permanece e, assim, estes comentários (mesmo dirigidos à versão revisada) são ainda válidos.

e causas das mudanças distributivas recentes, são baseadas em um uso totalmente errôneo da evidência estatística disponível e em uma abordagem metodológica incorreta.

2. DIREÇÃO DAS MUDANÇAS DISTRIBUTIVAS

Uma das principais tarefas a que Morley e Williamson se propõem é “questionar a visão corrente de um aumento na desigualdade [detectado por todos os indicadores convencionais de desigualdade entre 1960 e 1970] equivale a uma piora da distribuição da renda [no sentido de uma deterioração do bem-estar social]”⁽²⁾. Parece tarefa considerável rejeitar, como fazem, as conclusões a que Langoni chegou em seu estudo exaustivo: “Há uma tendência inequívoca de todos os decis a experimentarem uma redução de suas parcelas da renda total, com a exceção dos 10% superiores, que aumentaram sua parcela de 20%⁽³⁾. Se a parcela dos 10% superiores se elevou e a parcela de **todos** os outros declinou, então, certamente, o aumento de desigualdade, medido por Langoni, é equivalente, supondo que a função de bem-estar social da maioria das pessoas contém uma aversão à desigualdade, a uma piora na distribuição de renda.

Morley e Williamson evidentemente discordam, e o argumento utilizado é o seguinte: a medida de desigualdade, coeficiente de Gini, pode servir como um indicador inteiramente não ambíguo da direção das mudanças de qualidade ao longo do tempo apenas no caso em que a Curva de Lorenz, traçada com os dados distributivos em questão, não se interseccionam. Eles colocam que, na realidade, “as Curvas de Lorenz que descrevem a distribuição de renda brasileira em 1960 e 1970 se

(2) *Estudos Econômicos* 5 (3), p. 129, Os comentários entre colchetes são nossos e se destinam a elucidar a passagem. Morley e Williamson, em sua versão original, colocaram seus objetivos com muito mais força: «Nós sentimos que a concordância universal de que a renda se tornou mais desigualmente distribuída durante os anos sessenta é totalmente gratuita”. Entretanto, como se verá, apesar das diferenças de apresentação, o argumento original não foi alterado.

(3) C.G.LANGONI — *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Rio: Editora Expressão e Cultura, 1973, p. 64.

interceptam”⁽⁴⁾ na metade inferior da distribuição. Assim, a natureza da redistribuição de renda que ocorreu entre 1960 e 1970 teve dois sentidos: houve transferências dos decis médios da distribuição (classe trabalhadora urbana) para os ricos, mas houve também transferências da classe trabalhadora urbana para os decis inferiores (pobres rurais e subempregados do setor urbano). Caso se atribuam pesos suficientemente elevados para as transferências à base da distribuição, então um índice de desigualdade que pondere a pobreza, tal como o sugerido por Atkinson⁽⁵⁾, registra uma redução na desigualdade entre 1960 e 1970⁽⁶⁾.

Quais foram as causas da melhora relativa das rendas dos 40% da base da distribuição, com relação, por assim dizer, à classe trabalhadora urbana? Morley e Williamson sugerem que o salário mínimo urbano bastante baixo e estável, em curso após 1967/68, pode, uma vez iniciada a recuperação econômica, ter tornado as “oportunidades de emprego mais abundantes do que seriam de outra forma”⁽⁷⁾, para os trabalhadores agrícolas, trabalhadores urbanos marginais e desempregados. A evidência para tal aumento das oportunidades de emprego se baseou no fato de que a parcela da população economicamente ativa que declarou “renda zero” (uma categoria interpretada por Morley e Williamson como significando “desempregados”) caiu de 14,7% para 11,7%, entre 1960 e 1970.

3. AS CURVAS DE LORENZ SE INTERCEPTAM?

Uma das questões principais levantadas por Morley e Williamson é no sentido de se as curvas de Lorenz para 1960 e 1970 de fato se interceptam, e parece que há alguma confusão sobre a questão. Langoni, em seu estudo, estimou a distribuição pessoal de renda da população economicamente ativa, **excluindo** os que recebiam renda nula: ele concluiu que para o Brasil

(4) MORLEY e WILLIAMSON — *Op. Cit.*, p. 130.

(5) A.B. ATKINSON — “On The Measurement of Inequality”, *Journal of Economic Theory*, vol. 2 (1970), pp. 244-263.

(6) MORLEY e WILLIAMSON — *Op. Cit.*, tabela 5, p. 130.

(7) *Ibid.*, p. 110.

como um todo, a curva de Lorenz para 1970 está em sua totalidade à direita da de 1960. Morley e Williamson, entretanto, esboçam as curvas de Lorenz para a população economicamente ativa, **incluindo** os que recebem renda nula: uma vez que a proporção da força de trabalho que recebe renda nula caiu de 14,7% para 11,7% entre 1960 e 1970, as curvas de Lorenz baseadas neste procedimento de fato se interseccionam. Se fosse verdadeiro, como Morley e Williamson sugerem, que esta redução realmente representou uma queda no desemprego, então seria perfeitamente correta a dificuldade em tirar conclusões universalmente aceitas com relação ao que aconteceu à desigualdade durante a década: as transferências para os ricos da classe trabalhadora urbana seriam acompanhadas por uma queda no desemprego, e muitos trabalhadores que formalmente não recebiam nenhuma renda estariam agora recebendo uma renda positiva.

Qual dessas duas distribuições é a mais apropriada? A resposta se volta à identidade verdadeira da categoria “receptores de renda zero”. O Censo menciona dois grupos de trabalhadores como “membros da força de trabalho que recebem renda zero”: trabalho não pago de familiares e trabalhadores procurando emprego pela primeira vez. Tanto o Censo Demográfico de 1960 quanto o de 1970 demonstram claramente que a maior parte da força de trabalho que recebe renda nula é constituída de trabalhadores, membros da família, não pagos no setor agrícola (89,1% do total em 1970), em sua maioria jovens do sexo masculino. A renda monetária de tais trabalhadores está sendo apropriada pelos chefes das famílias, entretanto, eles tem direito a uma parcela do consumo familiar total. Deve-se notar que a categoria “receptores de renda nula” exclui os desempregados, que são tratados de um modo bastante distinto (v. adiante).

Porém, como se deveria tratar tais trabalhadores ao estimar a distribuição pessoal da renda? Uma maneira poderia consistir em ajustar os dados originais imputando-se-lhes algum rendimento monetário nas transferências dos chefes das famílias⁽⁸⁾. Alternativamente, segundo Langoni, pode ser preferível omitir como um todo os receptores de rendimento nulo. Certamente, qualquer um destes dois procedimentos é

(8) A. FISHLOW e A. MEESOOK — **Brasilian Size Distribution of Income 1960: Technical Appendix**, (Mimeo), California: maio, 1972, p. 51, como uma tentativa de fazer exatamente isso.

preferível ao adotado por Morley e Williamson, i.é tratar os trabalhadores familiares não pagos como se realmente não recebessem uma renda real e traçar a curva de Lorenz nestas bases.

Os “desempregados” (estimados como apenas 1,3% da força de trabalho em 1970)⁽⁹⁾ são tratados de modo bastante distinto, ou seja, como se fossem membros da força de trabalho; porém no que concerne a seus rendimentos, são incluídos na classe mais baixa de renda da distribuição. Na ausência de dados individuais, a maioria das tentativas para estimar a renda da classe mais baixa de renda irá atribuir alguma renda positiva a tais trabalhadores.

A questão, entretanto, é esta: Morley e Williamson falharam, ao identificar o desemprego nas estatísticas e atribuíram incorretamente uma significação real considerável, injustificável, à redução da proporção de trabalho familiar não pago na força de trabalho. Embora interessante, tal redução reflete em grande parte a parcela declinante dos trabalhadores agrícolas no total da força de trabalho e não tem em si uma significação quanto ao bem-estar. Caso se siga a prática de Langoni e se excluam os “recebedores de renda nula”, então as curvas de Lorenz para 1960 e 1970 não se interceptam; caso se redistribuisse a renda dos chefes das famílias aos trabalhadores familiares não pagos nos dois anos, tampouco haveria muita razão para supor que tais curvas de Lorenz “corrigidas” se interceptariam. Se as curvas de Lorenz não se interseccionam, então, mesmo um índice que pondere a pobreza de tipo do índice de Atkinson, quaisquer que sejam os pesos, não poderia induzir ninguém a concluir que tenha havido uma melhora na distribuição de renda entre 1960 e 1970 (no sentido referente ao bem-estar social). Mesmo Morley e Williamson concordaram quanto a isto: “[os coeficientes de Gini tomados como descrições de classificações de bem-estar] só não são ambíguos no caso especial em que as curvas de Lorenz não se interceptam, ao descreverem diferentes distribuições”⁽¹⁰⁾. Ocorre apenas que este caso “especial” é exatamente o caso brasileiro.

(9) I.B.G.E. — Censo Demográfico — Brasil 1970, p. 75 Vale a pena notar que, devido à ausência de dados comparáveis para 1960, é impossível analisar diretamente as tendências do desemprego durante a década.

(10) MORLEY e WILLIAMSON — Op. Cit. p. 129. Além do fato de que a introdução de um esquema de pesos do tipo de Atkinson é irrelevan-

4. PROBLEMAS DOS DADOS

Mesmo se restringindo a medir a distribuição da renda da força de trabalho, **excluindo** os “recebedores de renda nula” (isto é, o caso em que as curvas de Lorenz não se interseccionam), os maiores ganhos percentuais em renda real entre 1960 e 1970 foram, primeiro, dos 30% superiores da distribuição, e então, em segundo lugar, dos 40% da base⁽¹¹⁾. (A razão pela qual as curvas de Lorenz não se interceptam em suas bases se deve a que, embora o ganho percentual de renda real da base seja maior que o do meio da distribuição, é ainda **menor** que o aumento percentual médio da distribuição como um todo). Os 40% da base da distribuição em 1970 eram compostos, grosso modo, de 60% da base dos trabalhadores rurais e de 20% da base dos trabalhadores urbanos⁽¹²⁾; entretanto, pode esta melhora aparente nas condições de vida dos mais pobres, com relação à classe trabalhadora urbana, ser aceita de modo pacífico?

As estatísticas publicadas podem ser enganadoras pela seguinte razão. As estatísticas do censo quanto aos rendimentos pessoais incluem apenas a renda monetária e, no que concerne tanto aos pobres rurais quanto urbanos, o rendimento total possivelmente inclui componentes monetários e não monetários. O maior aumento relativo de renda atribuído aos 40% da base da distribuição, quando comparados com a classe trabalhadora urbana pode em parte, ou mesmo em sua maior parte, se dever a um aumento da parcela dos rendimentos dos trabalhadores pagos mais em moeda corrente que em pagamentos em espécie. Tal mudança poderia refletir um uso crescente das relações salariais como resultado da difusão das relações de produção capitalistas no campo. Assim, o crescimento da renda monetária dos 40% da base, conforme medido pelo Censo,

(...)

te ao caso brasileiro, é fácil ver como um procedimento de ponderação está aberto à má interpretação e à distorção da realidade. Em um anúncio colocado no **London Guardian** (4 de maio de 1976) pelas autoridades brasileiras, afirma-se que: «Estudos recentes conduzidos no Institute of Social Systems na Universidade de Winconsin mostram que os 35% mais pobres da população tiveram um aumento de renda, em termos reais, duas vezes superior ao dos 65% mais ricos».

(11) C.G. Langoni — **Op. cit.**, Tabela 3.5, p. 64.

(12) Langoni — **Op. cit.**, Tabelas 3.7 e 3.8, pp. 68, 70.

tenderia a supervalorizar o crescimento verdadeiro da renda real.

Na versão revisada de seu artigo, Morley e Williamson concordam que este ponto pode ser importante, porém argumentam que

“o padrão em forma de ‘Tigela’ dos ganhos de renda real (isto é, maior no alto e na base da distribuição da renda) é muito regular e muito consistente com outra evidência para ser explicado simplesmente como um erro na mensuração da renda do trabalho agrícola substituído”⁽¹³⁾.

Argumentar que o padrão é bastante regular é um procedimento realmente muito fraco: a regularidade (isto é, ganhos de renda real gradualmente decrescentes, à medida em que se passa dos decis mais baixos para o meio da distribuição) pode ser explicado pelo fato de que, quando se passa para o meio da distribuição, está-se incorporando cada vez menos trabalhadores agrícolas: assim, a distorção introduzida pela mudança no tempo para rendas salariais na agricultura vai se reduzindo gradualmente.

Para se considerar o segundo ponto levantado por Morley e Williamson, os dados do Censo são consistentes com outra evidência? No mínimo se necessitaria de informação adicional para esclarecer a evolução dos rendimentos dos 40% da base, tendo em vista a provável superestimação dos ganhos de renda rural implícita nas definições do Censo. No que concerne aos salários rurais, uma série recente, publicada pela FGV — **Centro de Estudos Agrícolas**⁽¹⁴⁾ indica que, pelo menos entre 1966 e 1970, os salários mensais dos trabalhadores agrícolas permanentes e de tratoristas permaneceram em uma fração constante do salário mínimo urbano (que caiu em termos reais de 8,6% durante o período)⁽¹⁵⁾. O mesmo é verdadeiro para trabalha-

(13) Morley e Williamson — *Op. cit.*, p. 133, rodapé (6).

(14) *Conjuntura Econômica*, julho, 1974, pp. 42-78.

(15) Vale a pena notar que Morley e Williamson estão errados ao afirmar que “o salário mínimo não tenha declinado mais desde 1967 — de fato ele aumentou levemente” (p. 109). Na realidade, entre 1967 e 1970, o salário mínimo na Guanabara caiu de 4,8% e continuou a cair até 1974. Adicionalmente, não é verdade que “o erro [envolvido
(...)

dores agrícolas eventuais, ainda que se suponha que não haja mudança no número de dias trabalhados por mês. Embora tal declínio das taxas de salário real agrícola possa ter sido acompanhado por oportunidades maiores de empregos assalariados, provavelmente houve um declínio contrabalançador na renda não monetária. Assim, não é totalmente claro que a posição dos pobres rurais tenha melhorado, pelo menos até 1970, as tendências “modernizadoras” da agricultura provavelmente tiveram exatamente o efeito oposto.

No que se relaciona à base da distribuição **urbana**, Morley e Williamson parecem argumentar que a renda dos subempregados e desempregados seja virtualmente independente do comportamento do salário mínimo urbano, e que as oportunidades de emprego possam ter se expandido como resultado do arrocho salarial⁽¹⁶⁾. Deixando de lado por um momento a questão quanto ao emprego, é certamente incorreto colocar que a renda dos pobres urbanos não teria sido afetada pela compressão do salário mínimo. Primeiro, o corte do salário urbano foi o resultado de uma série de medidas que afetaram o poder de barganha dos trabalhadores de modo bastante generalizado; os empregados temporários do setor moderno, ou os que têm como atividade principal empregos no setor “informal”, provavelmente também não escaparam o efeito depressivo das medidas governamentais sobre a posição de barganha dos trabalhadores. Segundo, é um fato estabelecido que os diaristas e os que trabalham meio período têm seus rendimentos estabelecidos diretamente como uma fração do salário mínimo vigente; como resultado deste mecanismo, ou grau de dispersão da base do espectro da renda (embora o mesmo não ocorra no topo) tende a ser invariante com relação às variações do salário mínimo. Assim, do lado da renda, os pobres urbanos provavelmente não deixam de ser afetados pelo declínio do salário mínimo urbano.

(...)

em previsões que subestimavam a taxa de inflação] foi corrigido ex-post” (p. 109). Embora seja correto que, após 1967, se introduziu componente para corrigir a subestimação do “resíduo inflacionário”, não houve uma compensação pelas perdas de renda real ocorridas entre 1964 e 1967.

- (16) “Manter baixo o salário mínimo é, no pior dos casos, irrelevante para expandir suas oportunidades de trabalho, caso a demanda para este grupo mais pobre de trabalhadores e, n melhor dos casos, pode expandir suas oportunidades de trabalho, caso a demanda por trabalho não qualificado responda aos preços relativos dos fatores” Id.-Ibid., p. 133.

5. CRESCIMENTO DO EMPREGO

Apesar de uma grande dose de especulação, Morley e Williamson não apresentam nenhuma evidência empírica (com exceção da má interpretação da estatística “desemprego”) que pudesse apoiar o argumento que defendem no sentido de que “a política de salário mínimo deve ter ocasionado uma expansão nas oportunidades de emprego para os trabalhadores agrícolas, trabalho urbano marginal e desempregados”⁽¹⁷⁾ entre 1960 e 1970. Esta é uma questão cujo pré-julgamento seria tolo, porém, dada a sabedoria convencional que prevalece com relação ao impacto limitado do crescimento do produto sobre o crescimento do emprego, durante os anos sessenta, é importante examinar a evidência disponível.

A Tabela 1 contém evidência sobre o crescimento do emprego, e foi retirada dos Censos Econômicos e Demográficos de 1960 e 1970.

Os dados dos Censos Demográficos indicam o modo pelo qual a crescente força de trabalho foi distribuída entre setores de atividade. Entretanto, esta fonte de dados não informa se os novos empregos criados foram nos setores de empresas organizadas (setor empresarial) ou se foram empregos de baixa renda e baixa produtividade no setor “informal”. Devido à ausência do seguro desemprego, as taxas de desemprego são, por necessidade, bastante baixas, de modo que o crescimento da taxa de emprego, medido pelo Censo Demográfico (tanto nas áreas rurais quanto urbanas), irá igualar, por definição, e com exceção das variações nas taxas de participação, a taxa de crescimento da força de trabalho potencial (medido aqui como todas as pessoas entre 15 e 65 anos de idade). Os dados mostram que o emprego urbano cresceu 4,2% ao ano, enquanto que a força de trabalho urbana potencial cresceu a 4,7% ao ano; o emprego rural cresceu a 0,7% ao ano, enquanto a população rural cresceu 0,6% ao ano. Não é possível, portanto, inferir nada dos dados do Censo Demográfico com relação às tendências do subemprego e do desemprego.

Os dados dos Censos Econômicos fornecem estimativas do emprego no setor empresarial em três atividades: indústria,

(17) Id. — *Ibid.*, p. 110.

TABELA 1

BRASIL: EMPREGO E CRESCIMENTO DO EMPREGO, 1960-1970

Setor Dados sobre o Emprego — Cen- so Demográfico	1960	1970	Variação % 1960-70	Taxa anual composta de crescimento
Agricultura	11.697,798	12.578,064	7,5	0,7
Extração Mineral, Vegetal e Pesca	573,443	687,718	19,9	1,8
Indústria de Transformação	2.069,962	3.241,861	56,6	4,6
Construção	785,014	1.719,714	119,1	8,2
Comércio	1.520,046	2.263,539	48,9	4,1
Comunicação e Transportes	1.088,798	1.244,395	14,2	1,3
Serviços	2.732,148	3.626,494	32,7	2,9
Outros: Utilidade Pública, Se- tor Público, Bancos, Profissões Liberais	2.184,054	4.145,439	92,1	6,7
Emprego Total	22.651,263	29.557,224	30,5	2,7
Emprego Urbano Total	10.980,022	16.271,442	57,0	4,2

Dados sobre o Emprego
— Censo Econômico — Emprego
no Setor empresarial

Indústria	1.861,856	2.589,842	39,1	3,1
Comércio	962,224	1.749,897	81,9	5,6
Serviços	524,488	893,544	70,4	5,0
Emprego Total enumerado no setor empresarial	3.348,568	5.233,283	56,3	4,2

Crescimento da Força de Tra-
balho Potencial — Censo
Demográfico

População entre 15-69 anos	38.948,590	51.453,658	32,1	2,8
População Urbana entre 15-69 anos	19.188,310	30.464,658	58,8	4,7
População Rural entre 15-69 anos	19.760,280	20.984,000	6,2	0,7

comércio e alguns serviços. Defendemos aqui que, a partir de uma comparação entre o crescimento do emprego no setor empresarial e o crescimento total do emprego, pode-se ter uma idéia das tendências da demanda por trabalho e do nível de subemprego: nesse caso, está-se supondo que o emprego no setor "informal" seja próximo de uma categoria "residual", embora obviamente esta seja uma simplificação grosseira, visto este setor ter uma dinâmica própria, contribuindo também para a demanda por trabalho⁽¹⁸⁾. No entanto, este é o único procedimento disponível capaz de testar as hipóteses de Morley e Williamson. Supondo que o emprego enumerado do setor empresarial permaneceu uma fração constante do emprego total do setor empresarial, os dados indicam que o emprego total do setor cresceu a uma taxa levemente inferior à taxa de emprego urbano total. Dentro de cada atividade o panorama é um pouco diferente: o emprego industrial do setor empresarial (3,1%) cresceu menos que o emprego industrial total (4,6%); entretanto, o emprego tanto no comércio do setor "formal" (5,6%) quanto nos serviços (5,0%) excedeu o crescimento total do emprego nestas duas atividades (4,1% e 2,9%). Todavia, tomando os dados agregados e aceitando as hipóteses propostas, não há nenhuma evidência aqui de que houve uma redução, entre 1960 e 1970, nos níveis existentes de desemprego e subemprego. Isto não causa nenhuma surpresa, dado que a economia experimentou uma recessão prolongada entre 1963 e 1967. Porém, os dados servem para colocar em dúvida a colocação de Morley e Williamson com relação a uma grande redução do desemprego e do subemprego.

Tratar-se-á de examinar as mudanças na composição da força de trabalho (dados do Censo Demográfico), tentando explicá-los.

Os dados mostram que o emprego agrícola cresceu menos que o emprego em qualquer outro setor: obviamente, no que concerne ao emprego, a agricultura tende a ser algo próximo de um setor "residual" e o crescimento do emprego aqui pode

(18) Nesse sentido, Morley e Williamson colocaram uma dicotomia falsa entre emprego e subemprego. Um nível crescente de emprego no setor informal não é necessariamente um indicador de falta de crescimento do emprego. Nos mesmos termos, nossa tentativa de medir o crescimento «real» do emprego pode também ser viesada.

simplesmente refletir uma falta de oportunidades de emprego em outros setores da economia. Entretanto, a taxa de crescimento bastante **baixa** (0,7% a.a.) e a força de trabalho rural potencial não são consistentes com a existência de oportunidades crescentes de emprego naquele setor. Não há nada nestes dados, é claro, que permita discriminar entre fatores de atração e de repulsão na explicação da baixa taxa de crescimento populacional no campo, porém a modernização do modo de produção rural em andamento, com sua tendência a destruir empregos rurais, parece pelo menos um fator tão importante na explicação das baixas taxas de crescimento do emprego agrícola, quanto o prospecto não tão brilhante de oportunidades de emprego nas cidades.

No que concerne ao crescimento do emprego urbano, o crescimento do emprego em construções, onde o rendimento médio é notoriamente baixo (perto do mínimo urbano), foi de 8,2% ao ano durante a década (incluindo tanto o setor formal quanto o informal). Sabe-se bem que este setor tem um papel importante no fornecimento de empregos aos trabalhadores rurais que afluem às cidades em procura de novos empregos. Entretanto, é duvidoso que a redução do salário mínimo urbano tenha sido importante para explicar seu crescimento: certamente, alguns fatores, tais como o alto nível de investimentos governamentais em projetos de infra-estrutura, os efeitos das reformas financeiras no mercado de hipotecas e a especulação quase contínua com a terra e outras propriedades têm de ter uma posição de relevo em qualquer explicação da rápida expansão da atividade da construção e do emprego durante os anos sessenta.

O outro segmento do emprego urbano cujo crescimento foi bastante rápido foi o de empregos administrativos no setor público, no setor de bancos e empresas de seguros e nas profissões liberais: 6,7% ao ano. Esta observação é consistente com as visões de Morley e Williamson e de Langoni, de que o padrão do crescimento econômico foi responsável por uma variação diferencial na demanda por trabalho qualificado, tendendo a gerar diferenciais crescentes no alto do espectro de rendas. Contudo, também o é com uma visão alternativa do processo de criação de empregos durante este período. O corte da parcela dos salários pagos a trabalhadores manuais permitiu uma expansão relativamente mais rápida do emprego adminis-

trativo e em seus rendimentos: a rápida expansão do emprego nessas atividades “improdutivas” exerceu uma importante influência na consolidação do apoio político entre as classes médias urbanas para os sucessivos governos militares. Além disso, em um sistema econômico que gera um excedente econômico tão grande, baseado nessas elevadas taxas de exploração do trabalho manual, o crescimento do emprego “improdutivo” pode ter importância crucial para a estabilidade macroeconômica.

Em todo o restante do setor urbano, apesar do crescimento bastante rápido do PNB, o crescimento do emprego na indústria, comércio e serviços como um todo não conseguiu se igualar ao crescimento da força de trabalho urbana.

Quais são, se há alguma, as causas e implicações sobre o bem-estar deste padrão que aparentemente favoreceu uma criação rápida do emprego nos dois pólos apostos do aspecto da renda? Sustentar que a explicação para tal residiria, de um lado, nas necessidades “intensivas em qualificações” do crescimento econômico moderno e, de outro lado, na substituição do capital pelo trabalho não qualificado na escolha da técnica (nas condições de salário mínimo decrescente), é certamente enganador. Uma explicação mais sensível teria que ser dada dentro das seguintes linhas: o crescimento do emprego nos principais setores urbanos de atividades, ou seja, na indústria, no comércio e nos serviços, não foi especialmente rápido. De acordo com o Censo Industrial, a elasticidade do crescimento do emprego com relação ao crescimento do produto foi 0,36 no setor empresarial das indústrias, durante os anos sessenta: isto implica simplesmente que, a fim de manter a parcela dos trabalhadores industriais na crescente força de trabalho urbana, o produto industrial deveria ter crescido a uma taxa anual composta sustentada de 13% ao ano, enquanto que a taxa durante os anos sessenta como um todo foi de 8,4%. A baixa elasticidade emprego-produto foi o resultado líquido do crescimento bastante rápido do emprego em setores tais como de bens de capital, bens de consumo duráveis, e da estagnação virtual do emprego em setores tão rapidamente “modernizáveis” como o têxtil. O crescimento do emprego no comércio e nos serviços (tanto no setor formal quanto no informal) foi limitado de um modo semelhante pelo rápido crescimento da produtividade e pela modernização.

Assim, mesmo apesar de taxas médias de crescimento do produto bastante elevadas, o crescimento do emprego nos setores principais da atividade econômica não poderia possivelmente absorver o rápido crescimento dos ingressantes à força de trabalho urbano. A necessidade de um desemprego não crescente e de estabilidade política requereu a criação de novas fontes de emprego: aqui a política estatal foi crucial, dado que

- i. engajou-se em um programa importante de construção de infra-estrutura social;
- ii. possibilitou o emprego de um exército crescente de empregados do setor público;
- iii. provocou uma alteração básica importante na distribuição da renda nacional a favor do sistema financeiro (em grande parte através da adoção de taxas de juros reais mais elevadas), que permitiu o rápido crescimento dos empregos bem remunerados nos bancos e financeiras; e
- iv. expandiu rapidamente a educação superior, criando empregos para os membros das “profissões liberais”

A questão é a seguinte: dado o crescimento relativamente lento do emprego nos setores principais da atividade econômica, a menos que os governos estivessem preparados para tolerar níveis crescentes de desemprego, o padrão do crescimento do emprego não poderia ter sido diferente daquilo que se observou.

Quanto às implicações de bem-estar deste padrão diferencial específico de crescimento do emprego, dificilmente se pode concluir, a partir do fato de que o crescimento do emprego foi especialmente elevado no setor de construções, que os pobres tenham sido os beneficiários maiores do crescimento econômico. Embora concordando com Morley e Williamson de que estar empregado seja preferível a estar desempregado, e portanto com que, nesse sentido, o emprego seja um importante instrumento redistributivo, é importante lembrar que:

- i. as taxas de desemprego aberto e os graus de participação das atividades do setor informal são muito mais elevados

entre os pobres que entre os ricos e, baseando-se no dados anteriormente apresentados, provavelmente nem os níveis, nem o diferencial, foram reduzidos na década de sessenta; e

ii. é necessário especificar muito cuidadosamente a situação alternativa hipotética, antes de julgar a situação presente como melhor. Visto não existir necessariamente um contrabalanceamento entre o crescimento e a igualdade, há toda uma série de situações alternativas possíveis que, quando comparadas com a existente, serão certamente superiores.

6. AS CAUSAS DAS MUDANÇAS DISTRIBUCIONAIS

No debate relacionado às causas da deterioração observada na desigualdade da renda pessoal entre 1960 e 1970, emergem duas linhas principais de explicação. Embora muitas das idéias dessas escolas não sejam de modo algum mutuamente excluídas, é mais fácil, para os propósitos de exposição e teste de hipóteses, caracterizá-las à maneira de confronto. Uma explicação enfatiza que o papel desempenhado pela política salarial do governo, durante o período de estabilização econômica (1964-67) e de recuperação e “boom” (a partir de 1967) — em particular a nítida compressão do salário mínimo urbano durante 1964-1968 e sua incapacidade de incorporar os ganhos de crescimento da produtividade, verificado a partir de então —, foi responsável por um aumento da dispersão dos rendimentos e uma mudança com direção aos lucros e a ganhos de capital. A segunda explicação alternativa tende a ignorar o efeito do corte do salário mínimo e políticas relacionadas, e enfatiza o papel que a demanda e a oferta por diferentes tipos de trabalho desempenharam durante o período de rápido crescimento econômico (1960-1962, 1968-1970).

Morley e Williamson pretendem dispor de uma abordagem que lhes permita “estimar separadamente () as contribuições da estabilização, política salarial e crescimento para as mudanças na distribuição durante a década”⁽¹⁹⁾. Houve tentativas anteriores nesse sentido, aumentando os dados do censo

(19) Morley e Williamson — *Op. cit.*, p. 111.

para 1960 e 1970 com as evidências de séries temporais da distribuição dos ganhos para o período de 1965-1970⁽²⁰⁾. Morley e Williamson, entretanto, ao invés de utilizar os dados disponíveis, tentam simular os efeitos da estabilização (no sentido de políticas econômicas deflacionárias) e do rápido crescimento na distribuição de renda pessoal.

Usando a relação observada entre o crescimento do produto e do emprego por setor entre 1959 e 1970, empregam o método de utilizar a distribuição de renda dentro de cada setor em 1960 como **dada** e simular o impacto sobre a distribuição total das taxas de crescimento do produto por setor, observada durante os anos sessenta. Assim, a distribuição simulada capta apenas os efeitos das taxas diferenciais setoriais de crescimento do produto (cada setor caracterizado por uma determinada dispersão fixa dos ganhos) e ignora o efeito das mudanças na dispersão **dentro** dos setores.

Este exercício permite extrair três conclusões: a primeira é de que, supondo-se fixa a estrutura salarial por setor, então, “o rápido crescimento emprega o exército de reserva dos não qualificados, promovendo assim a melhor distribuição”⁽²¹⁾ Morley e Williamson colocam que uma tal redução do exército de reserva de desempregados ocorreu de fato no Brasil. Por certo, onde o crescimento econômico acelerado é acompanhado por um desemprego decrescente, então nosso julgamento sobre o bem-estar, no que se relaciona à desigualdade crescente entre a força de trabalho **existente**, teria que levar em conta este fato. Entretanto, como se demonstrou anteriormente, não há nenhuma evidência de que uma redução desse tipo, do exército de reserva, houvesse ocorrido no Brasil entre 1960 e 1970, de modo que estas considerações não são válidas.

A segunda conclusão do exercício, intimamente ligada à primeira, é a seguinte: “outra explicação óbvia para a deterioração a longo prazo na distribuição durante a década de 1960 e a dolorosa estabilização a curto prazo que ocorreu entre 1964

(20) J. Wells — “Distribution of Earnings, Growth and The Structure of Demand in Brazil during The 1960’s”, *World Development*, 2 (1), pp. 9-24, 1974.

(21) Morley e Williamson — *Op. Cit.*, p. 122.

e 1967”⁽²²⁾, e a causa decorre do aumento do desemprego induzido pela recessão. Embora o efeito de uma recessão em uma distribuição que inclua desempregados seja certamente negativo, seus efeitos poderiam ser apenas de curta duração. Tais fatores de curto prazo dificilmente poderiam ser responsáveis por qualquer deterioração de longo prazo na distribuição da renda, uma vez que os efeitos negativos na distribuição poderiam ser corrigidos tão logo se iniciasse a recuperação.

Morley e Williamson não podem colocar as duas coisas ao mesmo tempo: ou o rápido crescimento teve o efeito de reduzir o desemprego e, portanto, a desigualdade, ou as políticas de estabilização da metade da década de sessenta deixaram uma importante marca na tendência distributiva a longo prazo; ambas as proposições não podem ser verdadeiras. Além disso, não há nada nos resultados alcançados por eles que lhes permita atingir seu ambicioso objetivo: distinguir entre os efeitos separados da estabilização e dos cortes dos salários durante o período crucial de 1964 — 1967.

A terceira conclusão situa-se em que o aumento observado na diferenciação da renda é consistente com a abordagem da oferta e da demanda delineada anteriormente. Assumindo que a estrutura dos ganhos de 1960 por setor corresponde à composição por habilitações por setor, o exercício de simulação permite estimar as mudanças diferenciais da curva de demanda para tipos diferentes de trabalho durante os anos sessenta, dadas as diferenças inter-setoriais de crescimento do produto e da composição de habilitações da força de trabalho. Supondo o mesmo valor para as mudanças nas curvas de oferta por tipos diferentes de trabalho, e valores “razoáveis” para as elasticidades demanda e oferta por tipos diferentes de trabalho, essas mudanças simuladas na demanda podem ser responsabilizadas por entre 45% a 60% do aumento dos diferenciais de renda. O efeito do que Morley e Williamson chamam de “Controle Salarial Fora do Mercado” (isto é, cortes salariais e efeitos associados) pode ser ignorado.

As críticas prévias sobre a abordagem da oferta e demanda permanecem, não tendo sido refutadas satisfatoriamente por

(22) Id. — *Ibid.*, p. 110.

Morley e Williamson: estribam-se no fato de que, embora tal abordagem seja consistente com **qualquer** explicação da determinação de preços, necessita-se de informações adicionais sobre os fatores subjacentes à oferta e demanda, as quais são **independentes** das observações sobre os preços e quantidades de equilíbrio. Morley e Williamson não fornecem tais informações, porém colocam que, uma vez que os setores dotados em 1960 de uma elevada proporção de empregados com rendas acima do nível de renda Y_i (e por hipótese nível de qualificação S_i) cresceram mais rapidamente que a média, então houve uma elevação relativa da demanda por tais qualificações.

Entretanto, não cabe supor que a renda seja uma proxy da qualificação: necessita-se de dados, o que é independente da renda, sobre a composição das qualificações da força de trabalho por setor. Tampouco se pode supor que, como resultado do crescimento do produto e do emprego, um setor simplesmente duplicará a composição de qualificações de sua força de trabalho e que o efeito disso possa ser representado por uma multiplicação em sentido ascendente da distribuição existente pelo tamanho da classe de **renda** de trabalho.

Colocando que os setores de crescimento mais rápido tinham uma proporção maior de trabalho qualificado — algo que não pode ser mensurado diretamente —, Morley e Williamson estão efetivamente assumindo o que pretendem demonstrar.

Do mesmo modo, como Morley e Williamson também admitem, a hipótese de que as curvas de oferta de diferentes tipos de trabalho mudaram na **mesma** extensão é bastante precária: pode-se concordar com que o fato de a oferta de pessoas com qualificação universitária ter aumentado mais rapidamente que a oferta daquelas com outros níveis educacionais não esclarece nada sobre a oferta relativa de pessoal gerencial qualificado. Porém, igualar, de um modo totalmente arbitrário, a extensão das mudanças das curvas de oferta dos diferentes tipos de trabalho é, no mínimo, bastante insatisfatório. Ou a explicação da oferta e demanda pode ser validada empiricamente e ter alguma relação com a realidade, ou não a tem. Morley e Williamson estão tentando ao mesmo tempo comer o bolo e mantê-lo guardado. Adicionalmente, se se tomam valores para a elasticidade da oferta de trabalho qualificado maiores do que a unidade e se

mantiver a hipótese convencional de que a elasticidade oferta do trabalho qualificado excede a do trabalho não qualificado, então o poder explicativo da especificação de Morley e Williamson da hipótese da oferta e demanda diminui consideravelmente. Uma vez mais é impossível obter estimativas independentes do valor, quer da elasticidade oferta quer da elasticidade demanda.

Concluindo: a força do argumento de Morley e Williamson para explicar a diferenciação da renda baseia-se em hipóteses precárias e em uma abordagem metodológica incorreta.

7 CRESCIMENTO E BEM-ESTAR

Em seus comentários conclusivos Morley e Williamson dizem que, dado que os índices de desigualdade convencionais são invariantes, no que respeita aos níveis de renda média, representam medidas inadequadas do bem-estar em uma economia onde a renda média per capita está crescendo no tempo. O mesmo ponto foi colocado em uma das primeiras contribuições do debate sobre a desigualdade no Brasil⁽²³⁾. Todavia, permanece o fato de que, apesar do crescimento econômico, o interesse sobre a pobreza relativa também permanece, e a maioria das pessoas considerariam que um aumento da parcela de renda dos 10% superiores de um nível já elevado de 40% para 48% da renda pessoal total seria um movimento em direção a uma desigualdade crescente, especialmente devido a que o decil superior foi o único a experimentar um crescimento da renda acima do médio. Do mesmo modo, interessa saber sobre uma situação hipotética alternativa e em vista de que, como o próprio Morley disse, não há necessariamente nenhum contra-balançamento entre o crescimento e a igualdade do Brasil⁽²⁴⁾, o

(23) «Comparações de medidas de desigualdade requerem simultaneamente comparações de níveis absolutos de renda, se é para terem significado». (A. Fishlow — «Brazilian Size Distribution of Income», *American Economic Review*, Vol. 62, maio, 1972, pp. 391-402).

(24) S.A. Morley e G.W. Smith — «The Effect of Changes in the Distribution of Income on Labour, Foreign Investment and Growth», in A. Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*, Yale: 1974. Baseado no apa-

crescimento não poderia ter sido prejudicado e a desigualdade poderia ter sido reduzida com pequenas transferências provenientes dos ricos. Morley e Williamson colocam que “enfim, poucas pessoas prefeririam a economia em estagnação à dinâmica, **incluindo** os das classes de renda inferiores”⁽²⁵⁾. Se Morley e Williamson interpretaram corretamente a visão dos pobres, então devem achar muito difícil explicar a prolongada crise político-institucional do Brasil.

rente sucesso do modelo da demanda para explicar a diferenciação, Morley e Williamson colocam que “a estrutura da demanda [favorecendo automóveis etc.] desempenha um papel chave na determinação das rendas relativas” (Op. Cit, p. 128). Isto novamente contradiz as conclusões de Morley e Smith onde, devido à importância da produção de insumos intermediários na economia, o crescimento do emprego e sua composição é bastante invariante com respeito a diferentes padrões de demanda.

(25) Morley e Williamson — Op. cit., p. 137.